



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Data da reunião: 18/03/2025
Presidente: Senador Marcos Rogério

1ª Parte - DELIBERATIVA

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PL 2688/2024</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar a renda de 1 (um) concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).</p> <p>Autoria: Senador Fernando Dueire</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Fernando Farias	Pela aprovação com emendas	<p>O PL altera a Lei 13.756/2018 para destinar a renda líquida de um concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap). A renda líquida é definida como a arrecadação, deduzida do pagamento de prêmios, do imposto de renda sobre a premiação e das despesas de custeio e manutenção do agente operador. A data de realização desse concurso será definida posteriormente pelo agente operador da loteria de prognósticos numéricos.</p> <p>O relator é favorável à proposição, apresentando emenda para incluir, entre as competências do Funcap, o apoio a medidas que promovam ações de resiliência das cidades, agrupamentos urbanos e zonas rurais aos eventos climáticos extremos, conforme os parâmetros definidos no Marco de Sendai, para Redução de Riscos e Desastres, de 2015, ou documento que vier a substituí-lo, nos termos do regulamento. Além disso, o Relator também propõe emenda para alterar a cláusula de vigência da lei para 60 dias.</p> <p>1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 2. Em 10/12/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. 3. Em 18/03/2025 o Senador Fernando Farias apresentou novo relatório à matéria. 4. Votação simbólica.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PL 3433/2024</p> <p>Ementa: Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários.</p> <p>Autoria: Senador Fernando Dueire</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Fernando Farias	Pela aprovação com emendas	<p>O PL trata da securitização de ativos ambientais e, para tanto: a) define a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para a titularidade de ativos e emissão de títulos lastreados em créditos ambientais; b) dispõe sobre a classificação de risco dos ativos securitizados, a ser realizada por agências credenciadas, com ampla divulgação aos investidores; e c) estabelece a emissão e negociação de Certificados de Recebíveis Ambientais, vinculados a projetos que atendam a critérios de sustentabilidade, com foco em reflorestamento, energia renovável e manejo sustentável de recursos naturais. O PL também abre a possibilidade de que incentivos fiscais sejam conferidos em momento oportuno, por meio de legislação específica, bem como possibilidade de linhas de crédito especiais para fomentar a adesão ao modelo.</p> <p>O relator é favorável ao projeto e propõe três emendas. A primeira estabelece estruturas simplificadas para emissão de títulos lastreados em ativos ambientais, reduzindo burocracias e custos operacionais. Entre as simplificações, destacam-se a dispensa da publicação de prospectos completos, a possibilidade de serem utilizadas plataformas digitais para registro e negociação, e a supervisão simplificada por agente fiduciário independente. A segunda emenda prevê a criação de fundos garantidores para mitigar riscos financeiros associados à volatilidade do mercado de Certificados de Recebíveis Ambientais. Esses fundos assegurariam um retorno mínimo sobre os investimentos, proporcionando maior segurança e atratividade para investidores individuais, especialmente os de pequeno porte. A terceira emenda prevê a aplicação subsidiária da Lei 14.430/2022, a fim de assegurar a completude normativa do regime jurídico específico para ativos ambientais, garantindo segurança jurídica em casos omissos.</p> <p>1- Em 14/03/2025 o Senador Jaime Bagattoli apresentou a emenda nº 1. 2- A matéria será apreciada pela CMA e pela CAE. 3- Votação simbólica.</p>
3	<p>PL 4207/2024</p> <p>Ementa: Denomina “Anel Viário Dr. Neife Abrahão” o anel viário localizado na BR-158/262, no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.”</p> <p>Autoria: Senadora Tereza Cristina</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Marcos Rogério	Pela aprovação	<p>O PL busca homenagear Neife Abrahão, propondo a denominação de “Anel Viário Dr. Neife Abrahão” ao anel viário localizado na BR158/262, no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.</p> <p>1. Votação nominal.</p>

Item	Identificação da matéria
4	<p>REQ 10/2025 - CI</p> <p>Ementa: Requer o aditamento ao REQ 07/2025 - CI, para incluir entre os convidados da audiência pública os senhores GILBERTO DE SOUZA LEAL JUNIOR, Secretário de Governo de Joinville, e DIEGO MACHADO, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.</p> <p>Autoria: Senador Esperidião Amin</p>

Item	Identificação da matéria
5	REQ 11/2025 - CI Ementa: Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a contradição na execução dos procedimentos de Fiscalização do Tempo de Direção e Descanso do Motorista Profissional e suas respectivas sanções, previstas na "Lei dos Caminhoneiros" (Lei 13.103/2015), com a precariedade da infraestrutura de pontos de repouso e descanso nas rodovias do País. Autoria: Senador Esperidião Amin
6	REQ 12/2025 - CI Ementa: Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2025-CI sejam incluídos entre os convidados os senhores Edison Rígoli, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia (CREA-RO), e Thiago Bras Rocha, Consultor da APROSOJA. Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª Parte - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.